



**ACÓRDÃO Nº212/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12421/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Miguel Arantes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 647/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa - FUMPAS, exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas/1989, arts. 1º, II, “a” e 22, III, “b” e “c” da Lei n.º 2.423/96 e art. 188, §1º, III, “b” e “c” da Resolução n.º 4/02 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor total de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos) em razão do item 14, pelo atraso no envio dos balancetes de todos os meses (exceto setembro) de 2019, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) para cada mês, nos termos do art. 54, I, “a” da Lei n.º 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020,



**ACÓRDÃO Nº212/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c/c art. 308, I, "a" da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Relatório/Voto, a qual deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) pelos atos praticados com grave infração às normas legais norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 18, 21, 24, 28, 31, 34, 37, 40, 43, 49, 50, 51, 54, 59, 62, 65 e 70, tudo conforme a Fundamentação do Relatório/Voto, com fulcro no art. 54, VI da Lei n.º 2423/96, com redação alterada pela LC n.º 204/20, c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, alterada pela Resolução TCE/AM n.º 04/18-TCE/AM, a qual deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE".

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III



**ACÓRDÃO Nº212/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Miguel Arantes**, Diretor Presidente e Ordenador de Despesas do FUMPAS, exercício de 2019, no valor total de **R\$ 60.000,00** (sessenta mil reais) pelas glosas imputadas no valor de **R\$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais) referente aos serviços contratados da ASCON – Isa Contábil, e de **R\$ 36.000,00** (trinta e seis mil reais) referente à locação de imóvel do **Sr. Vivaldo Gomes de Moraes**, ambos sem licitação, sem comprovação de vantajosidade à administração, e em inobservância à regra constitucional da licitação e aos princípios da impessoalidade, da eficiência e da legalidade, elencados no item 70, nos termos do art. 304, I da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, o qual deverá ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal da Previdência e Assistência Social do Município de Fonte Boa – FUMPAS.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Dar ciência** deste Relatório/Voto e do decisório ao responsável **Sr. Miguel Arantes**.

- 10.6. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Março de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº212/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral